

**ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA COMPANHIA
BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **Companhia Brasileira de Distribuição**, sociedade por ações com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 3.142, CEP 01401-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.508.411/0001-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CBD" ou "Emissora"); e
- (ii) **Pentágono S.A.DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da sexta emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Companhia Brasileira de Distribuição ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

I. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de março de 2007 ("RCA"), na qual foi aprovada a realização da Emissão (conforme abaixo



A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

definido), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), salvo com relação (i) à taxa final de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“CVM” e “Instrução CVM nº 400”, respectivamente); e (ii) ao Deságio aplicável ao Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido).

II. DOS REQUISITOS

A sexta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de melhores esforços de colocação, da espécie quirografária, em duas séries, da Emissora (“Emissão”) será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações, nos termos da Lei das S.A.

2.1.2. A ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa final de juros aplicável às Debêntures e o Deságio, nos termos da Cláusula 1.1. acima, assim como os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura, também serão arquivados na JUCESP e publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações, nos termos da Lei das S.A.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.



2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400.

2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no (i) Sistema Bovespafix ("Bovespafix"), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (ii) Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5. Registro para Negociação no Mercado Secundário

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Bovespafix, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

2.6. Registro na ANBID

A Emissão deverá ser registrada junto à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.7. Plano de Distribuição



Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and 'M' and 'UNA'.

2.7.1. Os coordenadores responsáveis pela colocação das Debêntures (“Coordenadores”) realizarão a distribuição pública das Debêntures (“Oferta”) sob o regime de melhores esforços, observado que (a) as Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) serão colocadas junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pela regulamentação vigente, e (b) as Debêntures da 2ª Série serão colocadas exclusivamente junto a credores da Companhia detentores de Debêntures da 5ª Emissão (conforme abaixo definido), não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

2.7.2. Os Coordenadores, com expressa anuência da Companhia, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo que será realizada coleta de intenções de investimento por meio do Procedimento de Bookbuilding, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

2.7.3. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Debêntures, não existindo quantidade mínima de Debêntures a ser colocada no âmbito da Oferta.

2.7.4. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (1) da totalidade das Debêntures ofertadas ou (2) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, observado o disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03.

2.7.5. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nos itens (1) ou (2) da Cláusula 2.7.4 acima, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início de distribuição pública das Debêntures, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração ou atualização.



III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão, Valor Total e Valor Nominal Unitário

3.1.1. Esta é a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 3.7 abaixo, observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.2.2 e 3.2.3 desta Escritura.

3.1.2. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures da 1ª Série, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*. O número de Debêntures a ser alocado na 2ª Série será definido após a finalização do Procedimento de *Bookbuilding* a ser realizado para as Debêntures da 1ª Série, e de acordo com o disposto na Cláusula 5.1 abaixo. Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures.

3.2.2. A quantidade de Debêntures da 1ª Série poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora e sem necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, em até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.



3.2.3. Os Coordenadores poderão optar, mediante autorização expressa e por escrito da Emissora, pela distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade de Debêntures da 1ª Série originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, nas mesmas condições e preço das Debêntures da 1ª Série inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 e nos termos do contrato de distribuição das Debêntures da Emissão a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão ("Contrato de Distribuição" e "Opção de Lote Suplementar", respectivamente).

3.2.4. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas nos termos descritos acima.

3.3. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.4. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.5. Espécie



As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.

3.6. Limite de Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, é de R\$ 3.954.629.319,75 (três bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos) e o total da Emissão é de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais).

3.7. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª e 2ª Séries será o dia 1º de março de 2007 ("Data de Emissão").

3.8. Local de Pagamento

Observado o previsto na Cláusula 3.10. desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespafix ou ao SND.

3.9. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao banco mandatário da Emissão ("Banco Mandatário"), no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures de sua titularidade, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos pelo Debenturista até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade



Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Companhia Brasileira de Distribuição
Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 3.142, 1º andar, CEP 01402-901, São Paulo, SP.
At.: Sra. Daniela Sabbag
Telefone: (11) 3886-0421
Fax: (11) 3884-2677
E-mail: cbd.ri@paodeacucar.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM
Endereço: Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514
At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:



Banco Bradesco S.A.

Endereço: Rua Cidade de Deus, s/ n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, CEP 06029-900, Osasco, SP.

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Telefone: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3654-5645

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, CEP 01009-000, São Paulo, SP.

At.: Área de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(e) Para a CBLIC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

Endereço: Rua XV de Novembro, nº 275, 4º andar, São Paulo, SP

At.: Sr. Agenor Silva Júnior

Telefone: (11) 3233-2357

Fax: (11) 3233-2332

3.15. Destinação dos Recursos

3.15.1. Do montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures da 1ª Série, aproximadamente R\$ 175,0 milhões serão utilizados para reforço do capital de giro da Emissora e o restante será utilizado para pagamento das seguintes dívidas:

(i) aproximadamente R\$ 46,1 milhões serão utilizados para o pagamento integral da dívida representada por contrato celebrado entre a Emissora e o ABN Amro Bank NV, em 15 de junho de 2004, com vencimento previsto para 31 de maio de 2007 e taxa de juros anual correspondente a 104,60% da variação da Taxa DI;



Handwritten signature and initials.

(ii) aproximadamente R\$ 65,0 milhões serão utilizados para o pagamento da 1ª tranche da dívida representada por contrato celebrado entre a Emissora e o Banco Santander Central Hispano S/A, em 14 de julho de 2004, com vencimento previsto para 14 de novembro de 2007 e taxa de juros anual correspondente a 101,31% da variação da Taxa DI; e

(iii) aproximadamente R\$ 64,9 milhões serão utilizados para o pagamento da 2ª tranche (final) da dívida representada por contrato celebrado entre a Emissora e o Banco Santander Central Hispano S/A, em 14 de julho de 2004, com vencimento previsto para 14 de dezembro de 2007 e taxa de juros anual correspondente a 100,93% da variação da Taxa DI; (itens (i), (ii), (iii) e (iv), em conjunto, as “Dívidas”).

3.15.2. Não haverá recebimento efetivo de recursos líquidos obtidos pela Emissora, por meio da distribuição das Debêntures da 2ª Série. A subscrição das Debêntures da 2ª Série destinar-se-á ao alongamento de parte e/ou totalidade da dívida da Emissora oriunda das debêntures da quinta emissão da CBD, reguladas pelos termos e condições do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Não-Convertíveis em Ações da Companhia Brasileira de Distribuição, datado de 15 de outubro de 2002 (“Debêntures da Quinta Emissão da CBD” e “Escritura das Debêntures da Quinta Emissão da CBD”), uma vez que as Debêntures da 2ª Série somente poderão ser subscritas e integralizadas com Debêntures da Quinta Emissão da CBD, conforme procedimento descrito na Cláusula 5.6. abaixo.

3.15.3. Em relação às Debêntures da 1ª Série, caso não ocorra a distribuição total das Debêntures da 1ª Série e, portanto, a CBD não consiga captar os recursos necessários ao pagamento integral das Dívidas, a CBD poderá realizar novas emissões de debêntures e/ou utilizar-se de outros meios de captação de recursos disponíveis no mercado de capitais, podendo inclusive recorrer à captação de recursos por meio de endividamento bancário, para fins de obtenção dos recursos restantes necessários ao pagamento integral das Dívidas. No que diz respeito à colocação das Debêntures da 2ª Série, caso a CBD não logre êxito em cancelar a totalidade das Debêntures da Quinta Emissão da CBD em circulação entregues como pagamento das Debêntures da 2ª Série subscritas, as Debêntures da Quinta Emissão da CBD que não forem canceladas continuarão a observar os termos e



Handwritten signatures and initials.

condições da Escritura das Debêntures da Quinta Emissão da CBD, inclusive no que diz respeito ao pagamento e prazos relativos às amortizações.

3.16. Indisponibilidade ou Extinção da Taxa de Remuneração

3.16.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), no prazo máximo de 5 (cinco) dias depois do final do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação acerca da Taxa Substitutiva pela AGD, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI.

3.16.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD mencionada acima, a referida AGD não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

3.16.3. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures das duas séries em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo valor equivalente (a) ao saldo de seu Valor Nominal Unitário e (b) a Remuneração aplicável, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido), o que ocorrer por último.



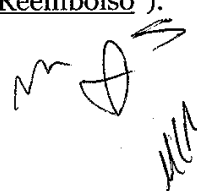
Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida AGD. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

3.17. REPACTUAÇÃO

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.18. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

3.18.1. A Emissora poderá, a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures de ambas as séries, mediante (i) deliberação de seu Conselho de Administração; (ii) publicação de aviso nos termos da Cláusula 3.13 acima, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias da data do resgate ("Data do Resgate"), informando: (a) data em que pretende resgatar as Debêntures; (b) volume ou número de Debêntures que pretende resgatar; (c) série das debêntures que pretende resgatar e (d) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e (iii) pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; ou de prêmio de reembolso equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), calculado *pro rata temporis* e de forma decrescente, de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Reembolso"): 



$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{P \times (DD)}{(TDC)}$$

Onde: P = 1,50%

DD = n° de dias corridos a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento;

TDC = n° total de dias corridos desde o 18° mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento.

O percentual correspondente ao Prêmio de Reembolso incidirá sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. O resgate parcial, se houver, será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis.

3.18.2. Para as Debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme regulamento do SND, através de operação de compra e de venda definitiva, no mercado secundário, das Debêntures registradas no SND; desta forma, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP ou na instituição depositária, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP. As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 1ª série (“Debêntures da 1ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures da 1ª Série nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding*.



4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de março de 2013.

4.3. Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será o correspondente ao disposto na Cláusula 3.1.2. acima.

4.4. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures da 1ª Série"):

Data da Amortização das Debêntures da 1ª Série	Fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
01.03.2011	1/3
01.03.2012	1/3
01.03.2013	1/3

4.5. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.5.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.5.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"), definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

- Juros Remuneratórios: As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de



Handwritten signatures and initials.

Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), acrescida de *spread* a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, o qual não poderá exceder 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 dias (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.5.3 abaixo.

4.5.2.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série mencionada na Cláusula 4.5.2 acima será efetivamente apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

4.5.3. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.5.5. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de



m *θ* *Σ* *mm*

Capitalização, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;



m *⊕* *S*
mm

FatorSpread = corresponde ao spread de juros fixos, que será definido no procedimento de *bookbuilding*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

spread = spread, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = 252;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $[1 + \text{TDI}_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + \text{TDI}_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.6. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, dos meses de março e setembro de cada ano, sendo a primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série em 1º de setembro de 2007 e a última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures (cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, uma "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures").



m *th* *S* *mm*

da 1ª Série”).

4.6. Preço de Subscrição das Debêntures da 1ª Série

O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será o resultado da soma do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.

4.7. Integralização das Debêntures da 1ª Série

A integralização das Debêntures da 1ª Série será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à CBLC (“Data de Integralização da 1ª Série”).

V. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 2ª série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido de acordo com o número de Debenturistas da Quinta Emissão da CBD (conforme definido na Cláusula 5.7.2. abaixo) que aderirem à Oferta de Debêntures da 2ª Série.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de março de 2013.

5.3. Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será o correspondente ao disposto na Cláusula 3.1.2. acima.

5.4. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal



O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização das Debêntures da 2ª Série”):

Data da Amortização das Debêntures da 2ª Série	Fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
01.03.2011	1/3
01.03.2012	1/3
01.03.2013	1/3

5.5. Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série

5.5.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

5.5.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série”, sendo a Remuneração das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração das Debêntures da 2ª Série em conjunto denominadas simplesmente “Remuneração”):

- Juros Remuneratórios: As Debêntures da 2ª Série renderão juros, calculados na forma das Cláusulas 4.5.2, 4.5.4 e 4.5.5 acima. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento no dia 1º de setembro de 2007 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, uma “Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série”, sendo a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série em conjunto denominadas simplesmente “Data de Pagamento de Remuneração”).



m J S
mu

5.6. Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série

O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição das Debêntures da 2ª Série, ao qual será aplicado um deságio (“Deságio”) que constará de um aditamento a esta Escritura. (“Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série”).

5.7. Integralização das Debêntures

5.7.1. A integralização das Debêntures da 2ª Série será realizada à vista, na data de subscrição (“Data de Integralização da 2ª Série”), exclusivamente mediante a entrega de Debêntures da Quinta Emissão da CBD, em quantidade cujo valor corresponda ao Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série.

5.7.2. Para os fins de integralização das Debêntures da 2ª Série, as Debêntures da Quinta Emissão da CBD serão avaliadas pelo seu valor nominal unitário atualizado pela respectiva remuneração, de acordo com os termos e condições da Escritura das Debêntures da Quinta Emissão da CBD, na Data de Integralização da 2ª Série, deduzidos quaisquer tributos e encargos devidos pelo titular de Debêntures da Quinta Emissão da CBD (“Debenturistas da Quinta Emissão da CBD”) por conta da integralização das Debêntures da 2ª Série (sendo tal valor atualizado designado como “Valor de Mercado das Debêntures da Quinta Emissão”).

5.7.3. Na hipótese de o Valor de Mercado das Debêntures da Quinta Emissão ser inferior ao Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série que o Debenturista da Quinta Emissão da CBD pretenda subscrever, o Debenturista da Quinta Emissão da CBD poderá entregar a totalidade de suas Debêntures da Quinta Emissão da CBD e completar o valor do Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série que pretenda subscrever em moeda corrente nacional. Na hipótese de o Valor de Mercado das Debêntures da Quinta Emissão ser superior ao Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série, o Debenturista da Quinta Emissão da CBD poderá entregar a totalidade de suas Debêntures da Quinta Emissão da CBD e a Emissora retornará ao investidor a diferença, em moeda corrente nacional, do Valor de



m A S
MPC

Mercado das Debêntures da Quinta Emissão e do Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série que o Debenturista da Quinta Emissão da CBD pretenda subscrever.

5.7.4. Os Debenturistas da Quinta Emissão da CBD que integralizarem Debêntures da 2ª Série mediante a entrega de suas Debêntures da Quinta Emissão da CBD renunciarão, de forma irrevogável e irretratável, a quaisquer direitos a que fazem jus na qualidade de titulares de Debêntures da Quinta Emissão da CBD que venham a ser entregues para integralização das Debêntures da 2ª Série, inclusive eventuais garantias e/ou remunerações e/ou encargos referentes às suas Debêntures da Quinta Emissão da CBD, que serão canceladas.

VI. DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos das Debêntures da 1ª Série para os fins previstos nas Cláusulas 3.15.1. e 3.15.2. acima.
- (b) fornecer, dentro de prazo razoável, sempre considerando-se o escopo da solicitação, não podendo tal prazo, a qualquer momento, exceto se estabelecido de forma diversa nesta Escritura, ou na legislação e regulamentação em vigor, ser inferior a 5 (cinco) dias úteis, as informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou de caráter estritamente confidencial para a Emissora;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (d) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete ou que possa



Handwritten initials and signature: "r A S" and "Mh".

afetar adversamente, de forma significativa, a Emissora e seus ativos, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura; e (ii) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo); e

(f) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças necessárias à exploração de seus negócios.

VII. DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou, ainda, ser colocadas novamente no mercado.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

VIII. DO VENCIMENTO ANTECIPADO DAS DEBÊNTURES

8.1. Vencimento Antecipado



O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir, mediante notificação, por escrito, o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto nas Cláusulas 4.5 e 5.5, a partir das respectivas Datas de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração aplicável, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Emissora;
- (b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária desta Escritura;
- (d) protestos de títulos contra a Emissora, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal;
- (e) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo legal obrigatório previsto no artigo 35, IV, alínea "c" do Estatuto Social da Emissora;



m A S
ma

(f) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas nesta Escritura, que não sejam sanadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário à CBD neste sentido;

(g) inadimplemento de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) dias úteis contado do inadimplemento;

(h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou de qualquer de suas controladas que seja decorrente de empréstimos bancários e/ou de títulos de dívida de responsabilidade da Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se a dívida for contestada de boa-fé pela Emissora e os documentos comprobatórios da justificativa da contestação da dívida sejam encaminhados ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da declaração de vencimento antecipado, e seja obtida medida judicial que suspenda a cobrança no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da declaração de vencimento antecipado;

(i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora constantes da Cláusula 12.2 abaixo provarem-se substancialmente falsas, incorretas ou enganosas;

(j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para o seu cumprimento;

(k) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das S.A., ou, ainda, transferência do controle acionário da Emissora a terceiros, ressalvadas as hipóteses de (i) transferência de participações entre os atuais controladores da



m d m S

CBD ou (ii) transferência do controle direto ou indireto da CBD para sociedade integrante do setor varejista de alimentos que possua classificação de risco de investimento “investment grade”, em escala global ou correspondente, conferida pela Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch Ratings ou, na hipótese de o adquirente do controle direto ou indireto da CBD não possuir a aludida classificação de risco de investimento “investment grade”, em escala global ou correspondente, a classificação de risco das Debêntures (*rating*) não seja reduzida;

(l) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de forma que a atividade principal da Emissora deixe de ser o comércio varejista de alimentos;

(m) não-manutenção, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites, os quais serão apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração:

- i) Dívida Líquida Consolidada não superior ao Patrimônio Líquido; e
- ii) relação entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA Consolidado, menor ou igual a 3,25; e
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada.

8.2. Para fins da alínea (m) da Cláusula 8.1. acima, entende-se por:

(a) Dívida Líquida Consolidada, a dívida total da Emissora (empréstimos e financiamento de curto e de longo prazo, incluindo debêntures e notas promissórias-*commercial paper*), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e do valor dos créditos a receber oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e outros; e

(b) EBITDA Consolidado, o lucro bruto deduzido de despesas com vendas e das despesas gerais e administrativas, acrescido de depreciação e amortizações, ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis pela Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.



m *D* *ML*

8.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 8.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. O vencimento antecipado automático de qualquer série das Debêntures acarretará o vencimento antecipado da outra série de Debêntures em circulação.

8.4. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis a contar da data que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento não indicados na Cláusula 8.3 acima, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

8.4.1. Após o Agente Fiduciário ter tomado todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, a AGD a que se refere a Cláusula 8.4 anterior poderá, por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série em circulação, ou seja, de cada uma das séries das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

8.4.2. Caso os Debenturistas não aprovem a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração aplicável, o que ocorrer por último, e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

8.5. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das S.A., a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação da maioria dos titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série em circulação, ou seja, de cada uma das séries das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição, pela Emissora, das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das AGDs relativas à operação.



IX. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário, na mesma data em que forem entregues à CVM: (i) cópia de suas informações financeiras trimestrais e de suas demonstrações financeiras anuais completas, em ambos os casos acompanhadas, conforme o caso, do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como de relatório de apuração dos índices financeiros previstos na alínea “m” da Cláusula 8.1 acima, explicitando inclusive as rubricas necessárias à sua apuração, e de declaração do Diretor de Relações com Investidores, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos na regulamentação; e (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
- (b) convocar AGD, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da regulamentação em vigor expedida pela CVM;
- (f) manter atendimento adequado aos Debenturistas, através do seu Diretor de Relações com Investidores, para assegurar-lhes tratamento eficiente;



- (g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, nem realizar operações fora do curso normal dos negócios ou das condições de mercado vigentes à época;
- (h) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (i) contratar agência classificadora de risco (*rating*) que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch Ratings, ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua, caso estas venham a deixar de existir, para (i) obtenção de *rating* das Debêntures; (ii) manter atualizado o relatório de *rating* das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, fazendo com que tal agência de *rating* dê ampla divulgação do *rating* ao mercado; (iii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de *rating*, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iv) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração do *rating* das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver ciência da alteração do *rating*;
- (j) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;
- (k) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e
- (l) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela CBD.

X. DO AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS



Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and 'M'.

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **Pentágono S.A. DTVM**, acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

10.2. Declarações

10.2.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 1º e § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida nesta Escritura;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente todas as cláusulas e condições desta Escritura;
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes; e
- (e) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, conforme disposto no art. 12, inciso V, da Instrução CVM nº 28/83.

10.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.



Handwritten initials and signatures: "m", "D", "S", and "Mh".

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

10.3.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.3.7 abaixo.

10.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente, por escrito, o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, por meio de AGD especialmente convocada para esse fim.

10.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83 e eventuais normas posteriores.

10.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.



Handwritten signatures and initials in black ink are located in the bottom right corner of the page.

10.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

10.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função de agente fiduciário, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

10.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados ao exercício de suas funções de agente fiduciário estabelecidas nesta Escritura;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função de agente fiduciário nos termos desta Escritura, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



Handwritten signature and initials.

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências na prestação de tais informações obrigatórias e/ou constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado, pelo menos, por 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a CBD efetua suas publicações;
- (k) enviar à CVM, ao Bovespafix e ao SND, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao Bovespafix e ao SND, no mesmo dia da realização da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da AGD;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento,



m J S
nk

contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) no Bovespafix e no SND; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.13 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à CBLIC;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao Bovespafix e (iii) ao SND; e



Handwritten signature and initials.

(t) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista na Cláusula 9.1.(j) acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de *rating* objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da sua veiculação.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b” e “c” da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar nos termos da Cláusula 8.4.1. acima.

10.6. Remuneração

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

10.6.2. Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dias útil contado da data de assinatura desta



Handwritten signatures and initials.

Escritura, e as demais, nas mesmas datas dos anos subseqüentes.

10.6.3. A parcela disposta na Cláusula 10.6.2. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela.

10.6.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou garantidor, se houver).

10.6.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.6.6. A remuneração será acrescida dos seguintes tributos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.6.7. A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadas necessárias ao exercício das funções do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela



m J S
ML

Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

XI. DA ASSEMBLÉIA GERAIS DE DEBENTURISTAS

11.1. Convocação

11.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures de cada série em circulação, ou pela CVM.

11.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.13. desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures de cada série em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

11.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

11.3. Mesa Diretora



A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

11.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8.4.1 desta Escritura, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série em circulação.

11.4.3. As alterações referentes (i) ao prazo de vigência das Debêntures; (ii) às datas de amortização de principal e à Remuneração aplicável; (iii) a qualquer modificação na Cláusula de Vencimento Antecipado; (iv) ao resgate antecipado das Debêntures; e (v) à eventual repactuação das Debêntures dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures de cada série em circulação.

11.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures de cada série em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico previsto para a matéria.

11.4.5. Toda e qualquer alteração de *quorum* previsto nesta Escritura dependerá da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o mesmo *quorum* que está sendo alterado.

11.4.6. A deliberação de matérias que afetem e/ou impliquem em redução e/ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries da Emissão dependerá, única e exclusivamente, da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme *quorum* previsto para a matéria.

XII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS



12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (f) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (g) não tem qualquer relação, ligação ou interesse na Emissora ou sociedade por ela controlada que o impeça de exercer, plenamente, suas funções; e
- (h) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60, § 1º, “a”, da Lei das S.A.



m *⊕* *S*
MM

12.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem ou contrariam qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") contém e o prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;



m d s
mu

- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos prospectos da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira.

XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de



qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. Os valores indicados na Cláusula 8.1. desta Escritura serão atualizados pelo IGP-M, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de celebração desta Escritura, calculados *pro rata die*.

13.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

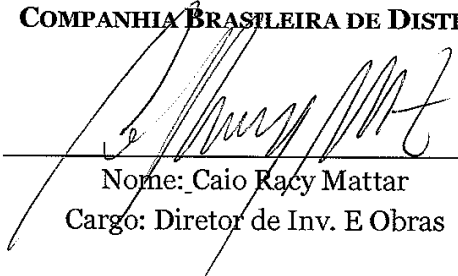
São Paulo, 2 de abril de 2007

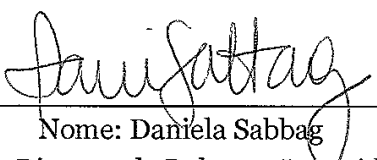
Handwritten signatures and initials:
m d S
m



Página de Assinatura da Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia Brasileira de Distribuição.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO


Nome: Caio Racy Mattar
Cargo: Diretor de Inv. E Obras

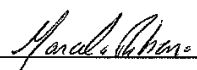

Nome: Daniela Sabbag
Cargo: Diretora de Rel. com Investidores

Handwritten mark



***Página de Assinatura da Escritura da Sexta Emissão Pública de
Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie
Quirografária, da Companhia Brasileira de Distribuição.***

PENTÁGONO S.A. DTVM


Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR

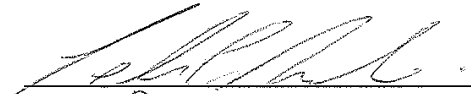
Nome:
Cargo:

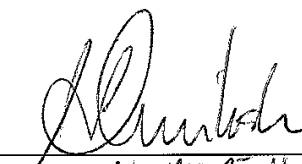


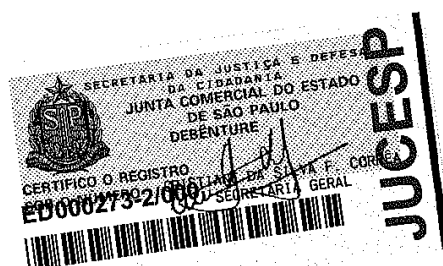


Página de Assinatura da Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia Brasileira de Distribuição.

Testemunhas


 Nome: FELIPE GUIMARÃES DE CASTRO
 RG: 36803801-4


 Nome: ALEXANDRE H. MITUSHIMA
 RG: 18.202.287



SP - 004910-08190 - 827993v1